

Prefeitura regulariza imóveis

Ado 409

Quatro mil moradores de Santa Martha, Andorinhas e Joana D'Arc são os primeiros a serem beneficiados

Cerca de 40 mil imóveis de Vitória se encontram hoje em situação irregular, ou seja, seus proprietários possuem apenas a posse do local, mas não o registro. Por isso, a Prefeitura de Vitória está trabalhando na regularização desses domicílios.

Os primeiros a serem contemplados serão 4 mil moradores dos bairros Santa Martha, Andorinhas e Joana D'Arc, que tiveram suas casas construídas.

"Algumas moravam nessas áreas há muito tempo, mas em situação precária. Então removemos as casas que eles residiam e construímos outras", explicou a diretora do Departamento de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação, Érica Márcia Leite.

Existiam também famílias que residiam em palafitas na beira do mangue, e que hoje moram em unidades habitacionais. Segundo Érica, isso foi possível graças ao apoio do Estado e também da União.

"A área onde eles moram pertencia ao Estado e a União. O projeto só foi iniciado assim que a

governo estadual doou sua parte e a União cedeu parte do terreno de marinha", comentou.

Depois de finalizadas as obras, os moradores aguardam agora pelo registro do imóvel, que será cedido gratuitamente para as famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos (R\$ 1,3 mil).

A expectativa é de que esses documentos comecem a ser entregues a partir de dezembro. "As pessoas que tiveram as casas construídas pela prefeitura vão receber a escritura da casa, mas as de-

mais vão receber apenas a do terreno devendo regularizar a situação da casa posteriormente", ressaltou a diretora.

A situação não é animadora apenas para esses três bairros da região da Grande Maruípe, de acordo com Érica existem outras áreas prontas para serem regularizadas.

"Moradores dos bairros Itararé, Ilha de Monte Belo, Ilha de Santa Maria, São Pedro e Maria Ortiz também já podem regularizar seus imóveis, pois essas áreas já foram liberadas pela União", destacou.

Para obter informações sobre o processo de regularização, os moradores devem procurar Departamento de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação, que fica no antigo prédio da Telemar, na Enseada do Suá.

FIQUE POR DENTRO

- Cerca de 4 mil moradores dos bairros Joana D'Arc, Andorinhas e Santa Martha irão receber gratuitamente o registro de seus imóveis. A previsão é de que a entrega dos documentos comece a ser feita em dezembro.
- Terá direito a receber a escritura os moradores com renda mensal até cinco salários mínimos (R\$ 1,3 mil), e que morem nas áreas doadas e cedidas pelo Estado e União, respectivamente.
- As pessoas que tiveram suas casas construídas pela prefeitura vão receber

o registro do terreno e do imóvel. As demais receberão apenas a do terreno.

- Os moradores dos bairros Itararé, Ilha de Monte Belo, Ilha de Santa Maria, São Pedro e Maria Ortiz também já podem regularizar seus imóveis. No entanto, o registro não será gratuito para essas áreas.
- As informações sobre a regularização podem ser obtidas no Departamento de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação, que fica no antigo prédio da Telemar, na Enseada do Suá.

Fonte: Prefeitura de Vitória

LUÍZ PAJAU/AT



Bairro Andorinhas, em Vitória, onde a prefeitura vai regularizar imóveis até dezembro

BRUNO ZORZAL/AT



Luizane de Moura disse que não vê vantagem no tributo

Taxa de marinha vai atingir mais 400

Os moradores de Pontal de Camburi estão na mira da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O órgão planeja recadastrar os moradores incluindo cerca de 400 residências e terrenos que hoje não pagam taxa de marinha.

Conforme o gerente regional do patrimônio da União, Edmar Fraga Rocha, o cálculo da taxa é feito sobre a fração ideal. Nos apartamentos, por exemplo, pode ser cobrado um valor aproximado de R\$ 80 e num terreno de mil metros quadrados a taxa gira em torno de R\$ 10 mil ao ano.

A gerência ainda não começou o planejamento de cadastramento, mas já definiu que a área será o Pontal de Camburi, que vai da Ponte de Camburi à Ponte da Passagem.

"Vamos criar uma comissão em outubro e faremos uma parceria com a Prefeitura de Vi-

tória para usar um cadastro municipal que pode ser adaptado às nossas necessidades".

A moradora de Pontal de Camburi Luizane de Moura, que já paga a taxa, confessa que não vê retorno no dinheiro do imposto.

"Nós pagamos R\$ 1 mil desde quando mudamos para cá, em 1979. Não acho justo porque este terreno sempre será de marinha, mesmo que a gente tenha pago por ele. A questão de ser uma área de segurança não faz mais sentido hoje em dia", reclama Luizane.

O gerente disse que a taxa de marinha foi aplicada nesta região para impedir as pessoas de fazer aterro do mangue e coibir a ocupação desordenada da orla.

Rever a lei não é um pedido inédito. Rocha conta que mudar a legislação para perder receita é complicado.